

20 ABR 1987

A Constituinte candidata-se ao vazio

JORNAL DO BRASIL

Villas-Boas Corrêa

HÁ pelo menos 10 dias o presidente José Sarney decidiu adiar para 30 deste o pagamento da primeira parcela do imposto de renda, como uma compensação modesta à ganância insaciável da hiena, um alívio enganoso às pressões sobre o pobre contribuinte.

A determinação pessoal do Presidente foi comunicada à área econômica do Governo. E só à undécima hora, quando muitos dos mais afoitos já desembolsaram as economias para saldar a cota ensandecida pela correção inflacionária, baseada em estimativas desconhecidas, o ministro Dílson Funaro, recém-chegado da rodada de renegociação da dívida externa, comunicou ao respeitável público a generosidade afinal oficializada.

Nada se creditou ao presidente Sarney por sua decisão solitária. O PFL e o PMDB estão dividindo a fatura parca de um adiamento por uma quinzena.

Do pequeno episódio, salta uma evidência: ou todo o Governo está sem nenhuma capacidade de comunicação ou o Ministério da Fazenda, engolfado na crise, espantado pela provável substituição do ministro, mergulhou numa paralisia de estafêrmo.

O Governo está sendo lapidado pelo imobilismo ante a desordem econômica. E nem quando o presidente Sarney se antecipa às pressões e adota uma pequena medida popular, o Governo sai do marasmo, acorda da abulia para a simples operação de informar ao povo o que já está decidido.

Para a grave enfermidade do governo estonteado pelo insucesso do Cruzado II, o senador Mário Covas apresenta a sua receita. Pelas previsões do líder do PMDB já e já, em questão de poucos dias, logo depois da Semana Santa, as primeiras decisões sobre os grandes temas polêmicos começarão a ser adotadas no debate inaugural das 24 subcomissões da Constituinte.

A assembleia consumiu mais de dois meses para organizar-se.

Durante todo esse tempo, irritou o país com uma discussão interna, sem nenhum interesse popular.

Mas, esta é uma página virada. A partir de agora, enfrentará os grandes temas, vai produzir fatos, polarizar a atenção nacional. E, se todos se queixam do vazio, a Constituinte está af mesmo para ocupá-lo. Com a vantagem indiscutível de sua legitimidade para decidir sobre o amanhã e da ilimitada amplitude da pauta de definições. Tudo está aberto a um reexame. Tudo pode ser objeto de propostas e decisões.

Afasta Mário Covas como uma avaliação de um pessimismo irrealista o mau agouro de que a nova Constituição não estará pronta este ano. Para o líder do PMDB, o Regimento estabelece prazos exíguos mas que garantem que a Constituição será promulgada e com toda a probabilidade em 15 de novembro.

A Constituinte, na sua visão, está pronta a desempenhar o seu papel no processo de transição. E isso ficará muito claro quando as subcomissões iniciarem a abordagem de suas pautas e sobre elas convergir a onda de reivindicações de uma sociedade mobilizada, participante, desperta e consciente de sua força e das imensas possibilidades de ser ouvida e atendida.

Não apenas a Constituinte absorverá o interesse do país, como também ajudará a superar a sensação de crise, o desconforto da frustração, renovando a carga de esperanças.

Amadurecendo experiências no duro exercício da liderança, Covas considera-se um especialista em afugentar fantasmas. De um deles ri-se, sem conseguir levá-lo a sério: À suspeita de que teria montado nas comissões e subcomissões uma estrutura esquerdista de relatores recrutados pelo radicalismo ideológico, responde com duas observações objetivas. A primeira delas é que os relatores refletem a média do PMDB. Nem tanto ao mar e nem tanto à terra.

Um ou outro exemplo pode significar a exceção, nunca a regra.

Mas, o outro argumento talvez tenha mais peso. Quem quiser influir por uma Constituição à esquerda, deve fugir de relatores que possam atrair suspeições e sobre eles fazer convergir a atenção fiscalizadora da maioria.

A Constituição fatalmente refletirá as posições da sua maioria, na hora do voto, ganha quem pode, não quem ocupa posições. Para um relator, nada mais desconfortável do que ter o seu trabalho rejeitado pela maioria, restando-lhe a alternativa de relatar o vencido com a indicação de outro relator para a matéria aprovada ou submeter-se a atirar ao lixo o recusado e redigir o oposto do que pensa. O relator deve cuidar-se, protegendo-se contra os visões de avançar o sinal.

Dentro de pouco tempo, as primeiras votações irão anteciper a tendência da Constituinte. E então se comprovará que o líder pode contribuir para organizar o trabalho, nunca para inverter uma inclinação forjada pelos votos majoritários.

A futura Constituição já tem o seu rumo traçado. E a Constituinte, a partir de agora, irá revelar o sopro que ela pode desventar.